

Entre o engajamento e a cidadania: o uso de memes pelo perfil @governodobrasil como estratégia de inclusão digital¹

Francine Lopes de Souza FREITAS²

Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA

Resumo

Este trabalho investiga a adaptação da comunicação do Governo do Brasil à lógica da plataforma e da mediatização no Instagram. Através de um estudo de caso único (de caráter descritivo-exploratório), utiliza-se a Análise de Conteúdo para examinar postagens de julho de 2025 do perfil @govbr que empregam memes para tratar de temas de interesse público, como justiça fiscal, soberania nacional e direitos trabalhistas. A pesquisa discute como o uso de tecnodiscursos (discursos nativos digitais que fundem elementos linguísticos e tecnológicos) e da estética mimética (estruturas reconhecíveis que se adaptam por personalização a diferentes ambientes) buscam reduzir a distância simbólica entre o Estado e o cidadão. Conclui-se que o êxito da estratégia depende do equilíbrio ético entre a popularidade algorítmica e a preservação da autoridade institucional na esfera pública digital.

Palavras-chave: Comunicação Pública; Instagram; Memes; Plataformização; Mediatização.

Corpo do trabalho

A comunicação pública, enquanto espaço de interlocução entre Estado e sociedade (Brandão, 2007), deve priorizar a função educativa e o fortalecimento democrático em detrimento da propaganda institucional (Duarte, 2007). Sob a lógica da mediatização, que estrutura a vida social pelos meios de comunicação (Braga, 2006), o poder público deixa de ser um mero emissor para adotar uma postura flexível e dialógica. Nesse cenário, as ferramentas comunicacionais devem transcender o viés persuasivo da imagem e reputação, servindo à construção de consensos e à promoção do interesse coletivo.

Portanto, para que isso ocorra, as instituições devem compreender as redes sociais como espaços de expressão e interação social. Essas trocas organizam estruturas de cooperação e conflito na rede, permitindo que a comunicação organizacional gerencie a personalidade institucional para criar conexões reais. A eficácia reside na qualidade do capital social gerado, cujo desafio é converter métricas de visibilidade em autoridade e reputação positiva capazes de transformar audiências passivas em engajamento cidadão (Kunsch, 2016; Recuero, 2009).

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa Comunicação digital, tecnologias, dados e IA, atividade integrante do XX Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas.

² Estudante de Administração Pública e Gestão Social, UFBA e Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas, UNEB, e-mail: francinefreitas@ufba.br

A disseminação de conteúdos governamentais via memes — unidades de transmissão cultural que se propagam por imitação e replicação (Dawkins, 1976 apud Recuero, 2009) — responde à estética mimética. Essa lógica permite adaptar o conteúdo a diferentes contextos sem perder sua identidade estrutural, operando pelos processos de mutação (variação individual), seleção (replicação de ideias fortes) e retenção (permanência digital) (Recuero, 2009). Na comunicação do Governo Federal, o sucesso de uma postagem depende de sua capacidade de ser selecionada e replicada pelo público. Ao adotar tal estrutura, o Estado permite que o cidadão reinterprete a mensagem, convertendo a informação de interesse público em moeda de capital social para demonstrar pertencimento ou autoridade informativa, garantindo a sobrevivência e a circulação do dado no ecossistema digital.

Ao utilizar essa estética, a comunicação organizacional não apenas busca o engajamento métrico, mas tenta inserir a pauta pública no cotidiano do indivíduo de forma orgânica (Recuero, 2009). A quebra da formalidade promove a acessibilidade. Isso facilita a absorção de temas complexos de utilidade pública e transforma o conteúdo governamental em objeto de interesse social, gerando identificação e diálogos que são fundamentais para o consenso na esfera pública. A estética do entretenimento na comunicação institucional responde à plataformação da sociedade. De acordo com Poell, Nieborg e Dijck (2020), as instituições públicas passaram a operar sob a lógica da governança das plataformas. Para assegurar sua visibilidade na esfera pública digital, essas instituições precisam aderir às regras algorítmicas e a dataficação — quantificação de comportamentos para otimização algorítmica e produção de valor por meio da personalização digital.

A fundamentação metodológica baseou-se no estudo de caso único, de caráter descritivo-exploratório (Bueno, 2018), com aplicação da Análise de Conteúdo de Bardin (2016). Realizou-se a pré-análise do perfil @govbr em julho de 2025 (recorte justificado pela consolidação da estética de memes com animais como estratégia recorrente) seguida da exploração de um *corpus* de quatro postagens (Quadro 1). O tratamento dos resultados ocorreu via categorização dedutiva fundamentada em Duarte (2007) nas dimensões: institucional, de gestão, utilidade pública e prestação de contas. Objetivou-se avaliar se tais tecnodiscursos promovem a cidadania e inclusão digital ou buscam apenas popularidade algorítmica. O objetivo central foi avaliar como os *reels* cumprem papéis informativos e educativos, investigando se o uso de memes favorece o fortalecimento da cidadania e a inclusão digital ou se restringe à busca por popularidade métrica e atenção algorítmica.

Quadro 1 - Dimensões da estética mimética nas postagens do @govbr.

Tema	Estratégia Visual	Estratégia de Conteúdo	Categorização	Métricas
Aumento no IOF ³	Gatos (IA/Real) com comportamentos antropomórficos em cenários socioeconômicos distintos; legendas de áudio integradas.	Analogia entre "gatinhos trabalhadores" e "super-ricos" para explicar que as mudanças fiscais visam corrigir distorções. Justifica a arrecadação como essencial para a manutenção de políticas públicas.	Atua na dimensão de gestão, prestação de contas e utilidade pública ao mobilizar a opinião pública e traduzir a lógica da justiça fiscal função social da arrecadação para o cidadão	2,7 mi views 184 mil curtidas 10 mil comentários 42 reposts 70,8 mil compartilhados 7,3 mil salvos
Soberania Nacional ⁴	Uso da capivara e fauna nacional (IA e Real) em oposição à águia estrangeira, integrando cenários do território e da bandeira; legendas descritivas de áudio integradas.	Define soberania como autonomia prática para viver com dignidade e independência nas decisões nacionais, fundamentada no poder popular.	Atua na dimensão institucional e de utilidade pública ao consolidar a identidade nacional e traduzir o conceito de soberania como um direito fundamental e autonomia prática para o cotidiano do cidadão	1,95 mi views 146 mil curtidas 10,6 mil comentários 238 reposts 45,6 mil compartilhados 4,8 mil salvos
Fim da Escala 6x1 ⁵	Personificação de formigas (Gracinha e Folhilda) em rotina laboral com mix de vídeos reais e elementos fictícios; legendas descritivas de áudio integradas.	Explica a exaustão física, mental e os impactos na convivência familiar decorrentes da jornada. Ainda, mostra que a redução foi um sucesso em outros países.	Atua na dimensão de gestão e utilidade pública ao relatar as prioridades governamentais sobre direitos trabalhistas e traduzir os impactos da jornada laboral como uma pauta de interesse social para o cidadão.	3,5 mi views 260 mil curtidas 7,6 mil comentários 4,9 mil reposts 67,4 mil compartilhados 10,1 mil salvos
Justiça Social ⁶	Storytelling com personificação de animais com nomes próprios, sobrepostos a imagens de fundo que ilustram situações cotidianas, com legendas descritivas de áudio integradas.	Apresenta o Estado como mediador de conflitos entre classes. Explica que a justiça social busca o equilíbrio e a garantia de direitos básicos sem retirar recursos de quem tem pouco.	Atua na dimensão de gestão, prestação de contas e utilidade pública ao posicionar o Estado como mediador de conflitos e traduzir a transparência das políticas de inclusão e direitos para o cidadão	7,1 mi views 478 mil curtidas 15,8 mil comentários 1,8 mil reposts 227 mil compartilhados 19,2 mil salvos

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

O meme se apresenta como um tecnodiscurso (Paveau, 2021), operando como um compósito tecnolinguageiro, pois a tecnologia e a linguagem se fundem para coconstruir o sentido. Nessa perspectiva, o uso de animais não é aleatório, mas uma estratégia de engajamento afetivo que humaniza o aparato estatal, capturando a atenção no *feed* para entregar a mensagem institucional. Assim, o meme deixa de ser apenas uma imagem sobreposta por texto para converter-se em um tecnografismo nativo digital, cuja sobrevivência na rede é ditada por

³ Link de acesso à publicação: <https://www.instagram.com/reel/DLUxqFxxr8z/>

⁴ Link de acesso à publicação: <https://www.instagram.com/reel/DMiUzIYxC9o/>

⁵ Link de acesso à publicação: <https://www.instagram.com/reel/DMYA-NMRr5v/>

⁶ Link de acesso à publicação: https://www.instagram.com/reel/DL-UHjLRcS_/

algoritmos e formatos virais que o governo submete à sua comunicação para existir e ser ouvido no espaço digital. Ao simplificar os termos técnicos, o Estado reduz a distância simbólica entre o aparato burocrático e o cidadão, fortalecendo a transparência e o vínculo democrático ao transformar esses dados em objeto de interesse social. Aqui, a informação, ao ser transformada em um meme, gera capital social cognitivo (conhecimentos e informações compartilhados por um grupo), permitindo que o cidadão replique a mensagem ao grupo ao qual pertence (Duarte, 2007; Recuero, 2009).

A receptividade das publicações evidencia um processo de ajuste autopoietico entre Estado e sociedade (Braga, 2006). Ao utilizar essa estratégia o governo não apenas ampliou as métricas, mas cumpriu sua função educativa (Duarte, 2007). As reações dos usuários oscilam entre o elogio à didática da comunicação governamental e críticas à estética dos memes ou ao viés ideológico da gestão. E, ainda assim, o cidadão demonstrou compreender os temas traduzidos, apropriando-se do espaço para o debate. Portanto, a quebra da formalidade via memes atua como uma ponte de democratização; ao utilizar uma linguagem familiar ao usuário, o governo submete sua comunicação às lógicas do Instagram para garantir que a informação circule e a prestação de contas se torne uma prática cotidiana e dialógica. Esse movimento se alinha à Lei nº 15.263/2025, que institui a Política Nacional de Linguagem Simples, determinando que a comunicação pública seja clara, direta e acessível, fortalecendo o direito à informação e ampliando a participação social. Assim, a estética mimética consolida-se como instrumento estratégico para garantir esse acesso.

Em suma, ao apropriar-se da gramática das redes, o Estado não apenas reduz distâncias simbólicas, mas consolida a comunicação pública como eixo estratégico da governança contemporânea. A análise demonstra que o uso de memes e linguagens lúdicas passa a se constituir como um meio para o exercício da cidadania ao transpor temas complexos para o cotidiano do usuário. Segundo Duarte (2007), a eficácia desse modelo reside no cumprimento do direito à informação; ao simplificar os dados, garante-se que a mensagem institucional seja compreendida, superando barreiras de formalidade técnica. Conclui-se que o êxito da estratégia depende do equilíbrio ético entre a popularidade algorítmica e a autoridade institucional, garantindo que o interesse coletivo prevaleça sobre a efemeridade das métricas. Essa dinâmica converte a comunicação governamental em uma ferramenta fundamental de inclusão, soberania digital e fortalecimento do diálogo democrático na esfera pública digital.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRAGA, José Luiz. Mediatização como processo interacional de referência. **Animus. Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, [S. l.], v. 5, n. 2, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/90408>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2007. Cap. 1, p. 1-33.

BRASIL. Lei nº 15.263, de 14 de novembro de 2025. Institui a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta de todos os Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. **Diário Oficial da União**: Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-15.263-de-14-de-novembro-de-2025-669256398>. Acesso em: 22 jan. 2026.

BUENO, José de França. **Métodos quantitativos, qualitativos e mistos de pesquisa**. Brasília: CAPES:UAB; Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

DUARTE, Jorge. Instrumentos de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2007. Cap. 4, p. 59-71.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada**. 6. edição revisada. São Paulo: Summus, 2016.

PAVEAU, Marie-Anne. **Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas**. 1 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; DIJCK, José van. Plataformização. **Revista Fronteiras - Estudos Midiáticos**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 2-10, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2020.221.01>. Acesso em: 15 jan. 2026.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.